



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1.981.

ANO VII

EMENDA Nº 10 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, **P R O M U L G A** a seguinte EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo único. O parágrafo 2º, do artigo 42, e o artigo 147 da Constituição, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42
§ 2º. A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto, o candidato a Vice-Governador será considerado eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado”.

“Art. 147. Cessada a investidura no cargo de Governador, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, a uma remuneração mensal e vitalícia igual aos vencimentos do cargo de desembargador”.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Cidade de Curitiba, aos 22 de abril de 1.981.

JOÃO MANSUR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

1º Secretário

NILSO SQUAREZI

2º Secretário

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1.981.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados: Nelson Friedrich e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Squarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que o Regimento Interno lhe confere, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GILBRAZ BARBOSA E SILVA, ocorrido na data de ontem, nesta Capital.

O extinto deixa viúva a Senhora ALICE GOTTLIB SILVA, e os seguintes filhos: Gilson Barbosa e Silva, casado com a Senhora Helga Silva, Daisy Barbosa Silva Sheibe, casada com o Sr. Eduardo Sheibe, Esmerly Barbosa e Silva, Gilceu Barbosa e Silva e Desirre Barbosa e Silva, solteiros.

O Senhor Gilbraz Barbosa e Silva era natural de Prudentópolis-Pr, e atualmente era funcionário aposentado da Caixa Econômica Federal, de Curitiba.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Suas Excelências os Senhores Secretário de Estado da Administração e Segurança Pública, solicitando daquelas autoridades, as providências cabíveis, no sentido de ser cumprido o texto da Lei n.º 7.371, publicada no D.O. n.º 897, de 07/10/80, que denominou de “Dr. Moacir Camargo Martins”, o Edifício da 10a. Sub-Divisão policial de Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, solicitando a instalação de um monocal telefônico no Distrito Vila Ghandi, Município de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem como justificativa, o estado precário em que se encontram os meios de comunicação daquela localidade.

Trata-se de uma reivindicação antiga dos seus moradores. Inúmeras gestões, segundo tenho conhecimento, foram feitas neste sentido, sendo que até o presente não houve atendimento. Como se trata de um importante distrito do Município de

Primeiro de Maio, creio que seus moradores têm direito a participar do sistema telefônico de comunicação do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Saul Raiz, titular da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios, solicitando as seguintes informações:

- 1). Qual a destinação específica das dotações e se estão consignadas em Lei Orçamentária ou em legislação esparsa (créditos adicionais especiais ou suplementares).
- 2). Se são a Fundo Perdido ou se exigem prestação de contas? Se estas acontecerem, serão fiscalizadas e aferidas por qual órgão? Da administração ou do Tribunal de Contas?
- 3). Quais são os critérios que norteiam a distribuição das dotações e os critérios de sua aplicação, tendo-se em vista as peculiaridades de cada município?
- 4). Quais os municípios que receberam verbas até o momento, e quanto foi destinado a cada um deles?

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor VÉSPERO MENDES, digníssimo Secretário de Estado da Administração, solicitando as medidas necessárias para que se procedam reparos no Colégio Nossa Senhora de Fátima, de Alto Paraíso, Município de Pato Branco.

O referido estabelecimento de ensino, encontra-se com sérias dificuldades de funcionamento, face ao precário estado de conservação, causando os mais variados transtornos aos alunos ali matriculados com grandes prejuízos ao aprendizado.

Alto Paraíso, no Município de Pato Branco, apresenta-se hoje com um grande impulso de desenvolvimento, contribuindo de forma decisiva para o progresso do Estado e nada mais justo que o poder público venha ao encontro daquela população, procedendo as reformas exigidas para que aquele estabelecimento de ensino possa propiciar a seus alunos instalações condizentes com as necessidades básicas de ensino.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de TELEX ao Secretário de Estado da Agricultura, ao Ministério da Agricultura; ao Ministro do Planejamento e ao Diretor do Banco Central, solicitando imediata liberação de verba aos suinocultores para aquisição de milho.

Os suinocultores necessitam de uma definição urgentíssima do problema, e caso não haja interesse e mesmo condições por parte do Governo em liberar imediatamente verba suficiente a todos os suinocultores, antes que o milho caia na mão do atravessador, que diga claramente, sem demora e promessas, porque então será a vez e a hora da liquidação e falência total da suinocultura, aumentando ainda mais o desemprego, os "bóias-frias" e os favelados (conforme consta do TELEGRAMA ANEXO, remetido ao Ministro da Agricultura pelo Núcleo Regional Oeste da APS).

Requer também, envio de cópia ao Núcleo Regional dos Suinocultores, à Associação Comercial e Industrial de Toledo—ACIT e à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Carajás, Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O progressista Distrito de Carajás reúne todos os requisitos para que esta reivindicação se concretize.

Possui em sua sede, um prédio, que apresenta ótimas condições para que lá se instale um Posto de Saúde.

É de real necessidade a instalação deste Posto, porque terão assistência médica condizente, inclusive orientação higiênica alimentar e principalmente orientação à infância em todos os seus aspectos, além de outras iniciativas e empreendimentos em favor de todos.

Justifica-se, portanto, plenamente a solicitação e contamos com o apoio dos prezados colegas Deputados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a nomeação de um agente do INPS para o Município de PRUDENTÓPOLIS, devido até o presente momento a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ, na pessoa do ilustríssimo Senhor Dr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, não ter nomeado pessoa alguma para ocupar o referido cargo.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei de sua autoria de n.º 142/80, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo funções que especifica e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder do depoimento do Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário Popular", do último dia 22, analisando a situação econômica do País.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro em Ata dos trabalhos da Casa, de voto de apoio à Associação Profissional de Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, que engloba vigias e vigilantes da Cidade de Londrina, pela decisão de paralização de suas atividades, como meio de obtenção de salários justos.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Mesmo expondo suas próprias vidas para oferecerem segurança ao patrimônio de seus empregadores e sujeitos a legarem abandono e insegurança às suas famílias, os vigilantes obrigam-se a entrar em greve e mesmo entrar em dissídio junto à Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná.

A intransigência da classe patronal em negar-se a reconhecer o próprio direito a uma vida digna de seus empregados, merece o repúdio de nossas consciências.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI n.º 31/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob o n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo 18 (dezoito) metros de frente para a Rua Castro Alves, 45 (quarenta e cinco) metros de fundos, registrado sob n.º 19.099, do Livro 3-U, fls. 26, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória e o lote de terreno urbano sob n.º 3, constante da Carta de Data n.º 205, com 20 (vinte) metros de frente e fundos correspondentes situado à Rua Castro Alves, registrado sob n.º 15.830, às fls. 69 do Livro n.º 3-0 do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.
- Art. 2.º — Os imóveis de que trata o artigo anterior serão destinados à permuta por outro imóvel onde deverá ser instalado o Centro Cultural da Cidade de União da Vitória, após a necessária avaliação e manifestação do Legislativo Municipal.
- Art. 3.º — A presente doação fica condicionada à obrigação do Município de União da Vitória de providenciar a permuta e instalação do Centro Cultural no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da escritura de doação, sob pena do referido imóvel reverter ao Patrimônio do Estado.
- Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 7.411, de 26 de novembro de 1.980.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa incluir o lote de terreno urbano n.º 3, constante da Carta de Data n.º 205, na doação já feita através da Lei n.º 7.411, de 26 de novembro de 1.980, a fim de constituir área permutável com o Município de União da Vitória, em benefício do Centro Cultural da sede do referido município.

O fato de, no Art. 4.º, ficar revogada a lei mencionada, decorre da intenção de fundir as duas doações num só diploma legal.

A cláusula constante do Art. 3.º preserva, como convém, a destinação estabelecida no projeto, de qualquer desvio futuro.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A opinião pública da região Oeste paranaense acompanha com justificado interesse o andamento das obras de construção do Hospital Regional de Cascavel, previsto para trezentos leitos em sua etapa final, e que se destina a resolver angustiantes problemas sociais.

Empreendimento de magna importância, idealizado pelo saudoso Deputado Arnaldo Busato, destina-se esse nosocômio atender às populações de dezenas de municípios de nosso Estado, até hoje compelidas a buscar assistência médica em distantes pontos de suas cidades.

É uma obra de absoluta prioridade que não admite qualquer procrastinação.

Para se ter uma pálida idéia do terrível drama do homem pobre do interior que busca amparo médico do poder público, devo lembrar que apenas em 1.980, em nosso gabinete nesta Assembléia Legislativa, atendemos a 1.112 pessoas carentes que procediam do Oeste.

Devemos, pois, registrar com especial destaque a informação de que uma verba da ordem de vinte milhões de cruzeiros já foi definida pela Secretaria da Saúde este ano, destinada ao Hospital Regional de Cascavel.

Outrossim, o Programa do Desenvolvimento do Oeste — PRODOPAR do Ministério do Planejamento, também especificou recursos ao Hospital Regional num volume de quarenta milhões de cruzeiros.

Com esses sessenta e sete milhões de cruzeiros, deverá ser parcialmente concluída a construção civil da obra.

Restará a importante etapa da implantação do indispensável equipamento médico-cirúrgico e aquisição de medicamentos.

Queremos, por isso, renovar desta tribuna o apelo que já fizemos no ano passado ao Conselho do Desenvolvimento Social, organismo diretamente subordinado à Presidência da República, para que o Hospital Regional de Cascavel seja definitivamente incluído na programação financeira do Conselho do Desenvolvimento Social, que vem contemplando inúmeros estabelecimentos hospitalares do País já incorporados ao seu cronograma de ação.

Com os recursos compatíveis às exigências da grandiosa obra, o Hospital Regional de Cascavel poderá ser viabilizado em breve para prestar os serviços que uma população de aproximadamente seiscentas mil pessoas estão a reclamar.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“É com tristeza que voltamos a ocupar a tribuna deste plenário para novamente falarmos da falta de assistência médica previdenciária para o Município de Prudentópolis.

Tocamos novamente no assunto por não entendermos o descaso que está havendo com o bem estar social de todos os moradores de Prudentópolis com a politicagem que campeia nos herméticos gabinetes, onde as decisões são tomadas sem que os homens que têm o poder de decisão nas mãos, pensem um pouco sequer, que todos têm direito de ser atendido pelas instituições que foram criadas para servir a população.

Servem agora, estas mesmas instituições para a política de favorecimento e o que é pior, para a política de perpetuação

no poder, como se a continuidade fosse a solução para os problemas nacionais.

O exemplo de Prudentópolis, apesar de recente, é típico e até mesmo antológico daquilo que está sendo feito para o "engrandecimento" do PDS na região.

O que criticamos os Senhores já sabem. Simplesmente, Prudentópolis está sem um agente do INPS por interferência das lideranças pedessistas que ainda não chegaram a um consenso sobre qual o homem melhor qualificado dentro da ótica pedessista para ocupar o cargo e promover coronelismo do partido governista no município.

Citamos apenas um exemplo das dificuldades que o povo humilde da região que vive da lavoura, é obrigado a enfrentar:

Para terem condições de uso da carteirinha da Previdência Social, os segurados são obrigados a viajar até Guarapuava, distante mais de setenta quilômetros.

Com esta viagem forçada, o chefe de família perde um dia de trabalho e automaticamente tem o domingo descontado.

No fim, a Previdência Social acaba invertendo seus papéis e faz mais mal que bem à população a quem devia servir.

É por isso que mais uma vez reivindicamos a urgência na solução de um representante para a agência do INPS em Prudentópolis.

Solucionado o problema, com o povo bem atendido, saberemos compreender a solução com a indicação deste ou daquele nome.

Final ser oposição não é apenas criticar mas é ver o povo bem atendido sem se importar se o agente gerador de atendimento teve cores governistas ou oposicionistas.

O que queremos, Senhores Deputados, é ver o povo de Prudentópolis satisfeito pelo menos no atendimento que a Previdência Social lhe dispensa.

Fazemos um apelo ao Superintendente Regional do INPS no Paraná, Sr. Cleverson Marinho Teixeira, para que ele, pelo povo do município que tem maior número de minifúndios no Estado, fato que por si só merecia uma atenção especial dos órgãos previdenciários que foram feitos para atuarem e ajudarem a população mais humilde do País.

Temos nós a esperança que com esta nossa segunda tentativa de sensibilizar os governistas, alguns passos sejam dados. Queira Deus que voltemos dentro de pouco tempo a esta tribuna para não mais criticar, mas, para dizer que o povo de Prudentópolis está satisfeito com o atendimento do INPS.

Do contrário, voltaremos a pedir uma solução para a agência da Previdência de Prudentópolis. Falaremos em nome do povo daquele município até o momento em que pedessistas compreendam que mais importante que procurar ter nas mãos o comando político, formado por alguns poucos milhares de eleitores, é preferível ver um povo satisfeito e caminhando naturalmente para as urnas sem precisar ser capitaneado por comandantes políticos e por dirigentes de entidades escolhidos por sua capacidade de servidão ao Poder Central."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Chamou nossa atenção um fato singular, qual o de serventários da Justiça do Trabalho haverem recorrido ao Supremo Tribunal Federal, contra a União, por não aceitarem a majoração de 73,5% de seus vencimentos.

Exigem que a majoração acompanhe, inapelavelmente, os índices da inflação, agora na cada dos 120% nos últimos doze meses.

Confiam os Juízes do Trabalho no preceito constitucional

da irredutibilidade dos vencimentos, o que não estará ocorrendo, sem dúvida, com o não acompanhamento, pelo Governo, dos índices inflacionários. A majoração proposta faz a redução dos vencimentos, e isto implica em flagrante violação de dispositivos constitucionais.

A magistratura tem do seu lado a nossa Carta Magna. O funcionalismo público restante, contudo, não a tem. Fica, pois, desprotegido e desamparado, em condições cada vez mais precárias, do ponto de vista financeiro, apesar de ser o funcionalismo público federal relativamente mais bem aquinhado do que o estadual ou o municipal.

Vejamos o caso do Paraná.

A 1.º de janeiro de 1.980, a inflação registrava, segundo dados oficiais, que não são os exatos, cerca de 96,4%. A partir daquela data, os servidores públicos estaduais tiveram o aumento de 42% nos vencimentos, o que quer dizer que sofreram uma defasagem de 54,4%. E arrostaram um ano difícilíssimo, qual foi o de 1.980, para todos, principalmente para o assalariado que não conta com reajustes semestrais.

A 1.º de janeiro de 1.981, a majoração de vencimentos, concedida pelo Governo do Estado, foi de 70 a 72%. Mas, a inflação dos últimos doze meses até aquela data atingira, consoante números fornecidos pelo Governo, nada menos de 109,9%, quando, na verdade, os índices haviam atingido perto de 150%. A defasagem sofrida pelos servidores públicos estaduais foi, pois, oficialmente, de 37,8%, que, acrescidos aos 34,4% do ano anterior, alcançam 92,2%. São quase 100% de deterioração salarial, enquanto o custo de vida não cessa de subir tendo chegado somente neste ano, a mais de 30%, sem se incluírem aí, os aumentos tributários, forçados pelo Governo, de luz e força, água e esgoto, imposto predial, imposto territorial urbano, taxa de limpeza e tudo o quanto mais descobre a fértil imaginação dos tecnocratas, parasitas, a viverem à custa dos contribuintes.

Nesta mesma Casa, nesta Assembléia Legislativa, há funcionários que estão desesperados, porque ao receberem o seu contra-cheque, verificam que o dinheiro não chega nem para as mais elementares e vitais necessidades. A família está padecendo por falta de comida com o senhorio a persistir na cobrança do aluguel atrasado, o prestamista que vendeu roupa e calçado a ameaçar com o SEPROC, a escola a exigir que as crianças compareçam uniformizadas e com o material escolar completo. É de entontecer qualquer pai, é de levar qualquer um ao gesto mais extremo.

O barnabé não tem para quem apelar. Sua entidade de classe não possui, perante a lei, a força de um sindicato. Não pode exigir, nem esperar, muito menos declarar greve. A Lei de Segurança Nacional paira sobre a cabeça de todos nós como a espada de Dâmocles. O frágil fio que a sustenta pode arrebentar-se a qualquer instante, e a espada nos golpeia, inapelável e cruelmente. Isto posto, o servidor fica à mercê das injunções e do jogo de interesses do Governo, que não se mostra sensibilizado com as agruras por que ele passa.

Constitui, por outro lado, verdadeiro escárnio o fato de que, ao lado do menosprezo pela triste sorte da numerosa e laboriosa classe do funcionalismo público, o Governo não se peja em anunciar que tem dinheiro de sobra, tanto que se dá ao luxo de aplicá-lo em operações de "open-market". Os jornais já divulgaram essa notícia, e vozes autorizadas do Governo a confirmaram, de sorte que as operações no "open-market" foram realizadas efetivamente.

Quando a fome e a angústia por dívidas não saldadas aguilhoam o servidor, no recesso do lar, e o servidor se lembra que o Governo tem dinheiro de sobra, e que não lhe concede aumento de vencimentos correspondente ao aumento dos índices da inflação, em que estado de espírito permanecerá, que sentimentos devotará ao carrasco que o atormenta e que o despreza?

Constitui sempre técnica de nossas autoridades fazendárias a alegação de que o Tesouro do Estado não dispõe de recursos suficientes para o atendimento da justa reivindicação salarial do servidor público civil e militar e do aposentado. A alegação cai por terra, porque está comprovado o excesso de fundos, tanto que as operações no "open-market" estão aí. O que existe, realmente, é má vontade para com a classe.

Cabe à Assembléia Legislativa a vigilância permanente na feitura e obediência às leis. Cabe-lhe, também, vigiar para que a administração pública direta e indireta funcione a pleno contento, em benefício da coletividade. Quando algo possa entrar esse funcionamento, é do seu dever advertir para o afastamento dos óbices. No caso em tela, o descontentamento dos servidores públicos pode constituir um entrave à máquina administrativa. Não que os servidores pretendam prejudicar o Estado, e, sim, porque a maioria deles deixa de possuir condições físicas e psicológicas para o trabalho, diante das aperturas financeiras e diante do drama que cada qual está vivendo no seio da família. Não podemos continuar, como o avestruz, com cabeça enterrada na areia, para não ver o que se passa em torno. Cumpre-nos por o dedo na ferida, cumpre-nos descobrir mal que se aproxima.

Em face de tudo quanto expusemos, visando, pelo sentimento de solidariedade humana, minorar a lamentável sorte do pessoal da ativa e da inatividade, seja civil ou militar, e no intuito de proporcionar meios para um estudo mais aprofundado do crucial problema social, requeremos a constituição, nos termos da Constituição em vigor, e nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Casa, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as causas do achatamento salarial na administração pública paranaense, a verificar qual a mais adequada solução para o gritante problema. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, nos termos do artigo 19 e artigo 20, e seus parágrafos, da Constituição do Estado do Paraná, REQUER a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com representação proporcional de todos os Partidos Políticos com assento na Casa, a fim de apurar as causas do achatamento salarial do funcionalismo público civil e militar, da ativa e da inatividade, sendo-lhe delegados poderes para verificação de documentos e para convocação de Secretários de Estado e outras pessoas que possam ajudar no esclarecimento e no encontro de adequada solução do problema. Composta por sete Membros, com a duração de 180 dias.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.981.

(a) EDILSON ALENCAR.

Apoiamento:

FIORI LUIZ, TADEU LÚCIO MACHADO, JOSÉ TAVARES, GABRIEL SAMPAIO, ADALBERTO DAROS, NELTON FRIEDRICH, WALDYR PUGLIESI, LINEU TURRA, LÁZARO DUMONT, RENATO BERNARDI, BASÍLIO ZANUSSO, JOÃO ELÍSIO, PALÁCIO, DENI SCHWARTZ, GILBERTO AGIBERT FILHO, EGON PUDELL, PAULO CAMARGO, GERNOTE KIRINUS, DÁCIO LEONEL e ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever precípua de amparar e defender a classe do funcionalismo que o serve na administração pública direta e indireta.

O problema crucial se refere aos vencimentos e vantagens que a classe percebe.

Se a Constituição Federal obriga salário condigno ao trabalhador a fim de que tenha uma vida decente, o Estado, por analogia, terá de assegurar, aos que o servem, padrões de

vencimentos adequados e justos.

A inflação, reflexo de modelo viciado e prenhe de erros, está corroendo visivelmente os salários.

Em razão disso, e no intuito de aliviar a deterioração, o Governo introduziu, para o assalariado, o regime do reajuste semestral, de conformidade com os índices inflacionários verificados, além da vantagem do 13.º salário.

Mas, o servidor público federal, estadual ou municipal, enquadrado nos Estatutos, e não na CLT, não goza nem de um nem de outro benefício.

Temos visto que o aumento é único, em cada ano, e os seus índices são sempre inferiores aos da inflação, de maneira que a defasagem cresceu tanto que o servidor público, civil e militar, inclusive o aposentado, sobretudo o de carreira funcional mais humilde, sente que o dinheiro se derrete em sua mão, no fim do mês, por ser tão pouco. Nos últimos 24 meses, a defasagem chegou a quase 100% sobre os vencimentos percebidos.

Em consequência, não é figura de retórica quando se afirma que há servidor público estadual passando fome, junto com a família, e a passar muitas outras graves privações, como atraso no aluguel, falta de dinheiro para condução, impossibilidade de aquisição de vestuário e de outras utilidades prioritárias.

O Governo do Estado alega sempre que não dispõe de recursos financeiros suficientes para conceder aumento mais justo e mais humano ao seu funcionalismo. Esquece, porém, dos marajás, das sociedades de economia mista e das empresas estatais.

A alegação de falta de recursos não procede, em face do conhecimento público e notório de que o excedente de arrecadação levou o Governo a aplicar as sobras da receita em operações de "open-market". Ora, quem aplica no "open-market" é porque está com fartura de recursos. Logo, existem recursos igualmente para melhoria dos vencimentos do funcionalismo civil e militar e dos aposentados, acompanhando esses vencimentos os índices da inflação. Se o Governo acompanhar os índices anunciados oficialmente, embora a realidade seja outra, muito mais negra, já será o mesmo, um ato sobretudo de justiça social.

A CPI, ora requerida, visa o estudo das causas do achatamento salarial, que está esmagando a sacrificada classe dos servidores públicos, como visa o estudo de soluções para o angustiante e desumano problema.

Como a medida é constitucional, e está vasada nos dispositivos do nosso Regimento Interno, temos certeza da aprovação unânime do requerimento."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao P.P. para fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Consulta à Bancada do PMDB.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará do horário da Liderança, o Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente assumimos a tribuna neste dia, neste nobre Horário da Liderança do nosso Partido, para confessar de público que se toma cada vez mais impossível acreditar no que diz a ITAIPU Binacional, obra essa que caiu sobre o Paraná, desgraçando centenas de famílias paranaenses que contribuíam tranqüilamente e produziam para a riqueza do nosso Estado. Obra essa, como já dissemos da tribuna, através de sua diretoria, tem desrespeitado não só aos agricultores afetados, atingidos pelo lago, mas tem desrespeitado também aos Parlamentares desta Casa, tem desrespeitado órgãos do Governo e tem

desrespeitado o Governador Ney Braga.

Não estamos aqui falando em defesa do Governador do Estado, pois acreditamos que realmente se ele é o Governador, que se faça respeitar por si mesmo. Acreditamos também que a direção da Binacional ITAIPU já deve ter percebido que o Estado do Paraná, como todos os Estados do Brasil, não tem um Governador. Tem, isso sim, interventores que têm que obedecer as ordens de generais do tipo Costa Cavalcanti.

Basta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de sermos levados na conversa, de sermos ludibriados como se tivéssemos nós, neste Estado, um Governador do Estado. Estão aí os exemplos concretos. O Governo do Estado faz um levantamento, oferece melhores soluções para haver um encontro entre agricultores e Itaipu, mas nem sequer os 40 anos confessados publicamente de amizade de Costa Cavalcanti com o General Ney Braga, serviram para que chegasse a um termo e estão aí os agricultores mais uma vez abandonados, sem respaldo, porque realmente nós não temos Governador do Estado nós temos interventor que foi posto aqui a mando militar.

Basta, Sr. Presidente, Srs. Deputados de sermos levados na conversa, de sermos tratados como crianças, de sermos um povo sem voto, sem direito a reclamar.

Mas estão aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados os agricultores que, mais uma vez, vêm pedir que o Governo do Estado do Paraná, assuma, tome posse, que sirva de intermediário para dialogar agricultores e Itaipu.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que mais este pedido não caia no vazio, nas evasivas, de uma binacional inspirada lá no estrangeiro contra a economia nacional, contra o povo brasileiro, inspirado talvez nos 140 milhões de dólares que foram distribuídos de propinas para o pessoal que dirige ITAIPU-BINACIONAL.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que respeitem os homens do Paraná e, principalmente, que respeitem aquelas famílias humildes, que sem voz e sem vez, foram os únicos que se levantaram em defesa do Paraná quando acamparam lá em Foz do Iguaçu, no trevo da ITAIPU-BINACIONAL.

Destaquemos aqui, a coragem, destaquemos aqui a valentia, destaquemos aqui, o brio dos agricultores, que muitos dirigentes do nosso Estado não tiveram para enfrentar esta "besta", este "mausoléu" do "faraó", do faraó brasileiro mancomunado com o estrangeiro que está sendo construído em Foz do Iguaçu. A proposta dos produtores ou dos agricultores como prefiro chamá-los. Porque produtores é o nome técnico que dá a Secretaria da Agricultura aos nossos valerosos agricultores. A proposta dos agricultores é que o Governo do Estado, através do Sr. Governador e da Secretaria da Agricultura, tome a iniciativa de promover um encontro reservado entre representantes dos produtores e diretoria da BINACIONAL-ITAIPU.

Veja, quando agricultores têm que vir, pedir e suplicar que alguém tome iniciativa neste Estado, isso é característico realmente, que se existe Governo, não está sendo respeitado. Dizem mais eles em seus ítems, de que querem dialogar com ITAIPU para que aceitem os preços levantados pelo ITC, para que ITAIPU aceite preços levantados de uma forma criteriosa pelo ITC, matemática, assim como 2 mais 2 são 4, assim foram os preços levantados sobre a "terra nua" na Região Oeste do Paraná. ITAIPU não quer aceitar nem sequer a lógica, nem a matemática, porque está dirigida por irracionais que não sabem dialogar, que vivem do desrespeito ao desrespeito.

Pedem eles também, que haja definição dos novos níveis de preços até a primeira semana de maio e início de pagamentos até o dia 15 de maio, porque sabem muito justamente, de que as terras inflacionam, que inflação corrói e que não há possibilidade de esperar acampado por mais tempo com as propostas levantadas pelo ITC, porque em breve estarão defasados.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo que terminar de ler estes aspectos, nobre Deputado.

Podem para indenizar imediatamente e prioritariamente os pequenos agricultores que necessitam urgentemente de reassentamento, para continuar dando a sua contribuição ao Estado do Paraná.

Ora, esses pedidos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são dos mais justos, são inclusive, desprovidos de pedidos de interesseiros pessoais, eles querem continuar produzindo, querem continuar trabalhando para o Estado, para o nosso povo, para a riqueza do nosso Estado.

Continuar a promover reajuste periódico na tabela de preços que serve de base a cálculos para indenizações, até que essas sejam concluídas. A proposição dos índices de reajustes, seria baseada em novos levantamentos dos preços de mercado de terra, a ser efetuado pelo ITC. Os agricultores realmente, se jogaram aos braços do Governo do Estado na esperança de encontrar ali, um Governo que os possa amparar, mas aos poucos estão se desiludindo.

Não se pode, Sr. Presidente, acreditar em BINACIONAL-ITAIPU, porque ao mesmo tempo que eles diziam que já teriam feito 300 acordos com agricultores que não estavam participando do movimento, sabemos hoje que destes 300, 200 já refluíram de suas posições. Duzentos encontram-se hoje acampados em Santa Helena, onde abriram um novo campo de protesto porque se sentiram iludidos, porque souberam que aqueles preços a que chegaram não correspondiam a verdade dos que chegou o ITC. Porque foram pressionados a fazer aqueles acordos. E a prova que foram pressionados é de que estão lá acampados em Santa Helena, na frente do escritório da ITAIPU-BINACIONAL.

Dos 300 acordos feitos na pressão e na marra, foram 200 arrependimentos que estão lá acampados em Santa Helena, para que todos vejam, para que não se possa negar que Itaipu, realmente, estava atuando em bases de inverdades, em base de pressão.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Gernote Kirinus, nós em primeiro lugar compreendemos perfeitamente a revolta de Vossa Excelência ao abordar um tema tão explosivo quanto este dos expropriados pela ITAIPU-BINACIONAL.

Vossa Excelência sabe do interesse nosso, do Partido Democrático Social, para a solução deste problema. Vossa Excelência sabe que, pessoalmente, apresentamos a sugestão para a constituição de uma Comissão Interpartidária de Parlamentares desta Casa, com a finalidade de intermediar e de buscar ser o trampolim para uma solução envolvendo aqueles agricultores e a direção de ITAIPU.

Vossa Excelência sabe também que o Governo do Estado pela ação pronta não do Interventor, mas do Governador e do paranaense Ney Braga, adotou providências administrativas que estavam ao seu alcance, determinando ao Instituto de Terras e Cartografia um levantamento do preço médio das áreas a serem desapropriadas.

Vossa Excelência sabe também que, politicamente, o Governo do Estado formulou gestões junto aos escalões maiores da Presidência da República, e a própria direção da ITAIPU-BINACIONAL, tentando buscar uma solução para aqueles paranaenses que sofrem hoje a consequência de uma obra que talvez tenha sido mal planejada, ou que talvez tenha sido mal definido o seu cronograma, porque as desapropriações deveriam ser uma decisão prévia, para que não houvesse algum tipo de conflito social.

Entendendo mesmo o clamor desta situação, é que com-

preendemos o pronunciamento de Vossa Excelência. Mas, não podemos, sob pena de sermos cegos, surdos e mudos, aceitar passivamente a denúncia de Vossa Excelência, de que o Governo do Paraná se omite diante deste problema.

Sabe o nobre Deputado Gernote Kirinus...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Só uma observação, não estou dizendo que o Governo do Estado se omite, estou dizendo que o Governo do Estado está sendo desrespeitado pela Binacional Itaipu, pelos órgãos federais, quando faz um levantamento, um estudo, e estes não são levados em consideração, não se chega a nada.

O que estou pedindo e inclusive Vossa Excelência deveria também estar pedindo juntamente com a Oposição, é que se respeite; se ele é Governador, que se respeite como Governador.

Mas, parece que Itaipu tem o entendimento de que não se trata de um Governador, está como um Interventor cujo trabalho esmerado que hoje tem o ITC não deve ser respeitado.

Esta a minha posição, nobre Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência está fazendo uma acusação frontal ao Governo do Estado, e implicitamente nesta acusação, temos como que uma denúncia de omissão de Vossa Excelência.

É com o que não concordamos, porque Vossa Excelência sabe que Itaipu foge completamente ao âmbito administrativo do Paraná.

Vossa Excelência sabe também que Itaipu, pela sua natureza jurídica, é uma empresa binacional, envolvendo relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Como todo o País foge ao âmbito administrativo nacional, porque está na mão de multinacionais estrangeiras que ditam as regras para nós.

O Sr. Airton Cordeiro — Se o Paraná, Deputado Kirinus, adotasse, como o Governador Ney Braga, uma posição de subserviência, não teria determinado o levantamento do preço médio das terras a serem desapropriadas, porque, conscientemente, estava sabendo que o ITC agiria com imparcialidade e agiria sempre que possível, para favorecer o agricultor paranaense, e foi efetivamente o que aconteceu.

Então, fazendo este reparo, e procurando mesmo reparar a injustiça que Vossa Excelência comete, seja com o Governador, seja com os demais órgãos da administração estadual, queremos dizer que a sua revolta é a nossa revolta. Que o interesse do Partido de Vossa Excelência é o mesmo do nosso Partido e dos nossos companheiros.

Agora, não podemos aceitar, sem uma resposta, esta acusação ao Governador Ney Braga. Porque, se tivesse o Governador qualquer interesse em ser parcial, em se omitir, em não dar agasalho à reivindicação dos agricultores, não teria recebido a mesma comissão que veio a esta Casa, em seu Gabinete no Palácio do Governo, e não teria oferecido o respaldo político de sua atuação, para atender a essas legítimas aspirações.

Portanto, creia Vossa Excelência, Ney Braga é tão preocupado com o problema quanto Vossa Excelência, e quanto o seu Partido, como também o somos, porque estamos colocando nesta causa o interesse maior do Paraná e dos paranaenses que vieram colonizar uma região que deve ser desbravada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o discurso do nobre

Deputado Airton Cordeiro, que fez paralelo ao meu, e gostaria então de concluir, Sr. Presidente, dando meio minuto a um aparte, atendendo ao Deputado Nilton Friedrich, que não teve oportunidade de atender no momento.

O Sr. Nilton Friedrich — Somente uma sugestão, que o Deputado Airton Cordeiro poderia levar neste instante ao Governo do Estado.

Só isto: que ele venha a público exigir respeito.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado, nobre Deputado, assim como nós estamos fazendo desta tribuna. Até não devíamos nós, da Oposição, estar pedindo respeito ao Governo do Estado do Paraná. Deveria ser a bancada do PDS que o pediria.

Mas, só para concluir: de bons interesses, de gente interessada, de gente com boas intenções, de gente preocupada, temos bastante.

O que precisamos, neste Estado, é de gente que tenha o poder de decisão para tomar as decisões certas, nas horas certas, ao lado do povo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência convoca o nobre Deputado David Cheriegate, para assumir a Segunda Secretaria, a fim de que o nobre Deputado Antônio Cotrim possa fazer uso da palavra.

No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Dentro das metas do atual Governo do Estado, cujo programa leva o título de "DIRETRIZES GLOBAIS" do Governo Ney Braga, para o período 79/83, encontramos inserida a declaração de intenção de Sua Excelência, de interiorizar o desenvolvimento através da distribuição geográfica de empreendimentos e investimentos, primordialmente através da distribuição homogênea da riqueza nas diversas camadas sociais, como forma de evitar e conter o fluxo migratório, tanto do interior para a capital e outros grandes centros do Estado, como e principalmente, para outros Estados.

Pudemos, nestes dois anos e pouco do Governo Ney Braga, sentir que realmente está se fazendo um grande e desmedido esforço com esse objetivo. Entrementes, os resultados positivos ainda não possam ser visivelmente notados, principalmente porque, de um lado o Governo do Estado está envidando esforços para diminuir o fluxo migratório, por outro lado, o Governo Federal, através dos tecnocratas que administram este País como se a Nação fosse uma empresa chamada Brasil S/A, agem de maneira a propiciar a avalanche populacional que continua inchando os grandes centros.

Diariamente, lê-se nos jornais, noticiários de medidas técnicas que vão às raias do absurdo e contradizem frontalmente, não apenas o desejo do Governo do Paraná e por extensão dos paranaenses, mas fazem as palavras de Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, tornarem-se insípidas perante a opinião pública.

Uma dessas medidas extremamente contraditórias e altamente prejudicial aos interesses de grande parte dos brasileiros, é a recente decisão do Banco Central, que determina aos Bancos que só financiem insumos destinados ao consumo na agricultura quando a compra for efetuada diretamente à fábrica ou em cooperativas.

Inicialmente, essa medida é até inconstitucional, pois está cerceando a liberdade do cidadão de exercer uma atividade comercial lícita e legal, e vem apenas proteger o monopólio crescente das cooperativas, nas atividades de comercialização

de produtos e máquinas destinados ao uso e consumo na agricultura, além de favorecer as multinacionais do ramo.

Sabe-se perfeitamente que a rede de distribuidores e revendedores de insumos agrícolas, constitui-se hoje de centenas, milhares de pequenos e médios comerciantes, espalhados pelos mais longínquos rincões deste Estado e desta Nação.

Sabe-se que com capital próprio, muito esforço e sacrifício, esses abnegados contribuintes de impostos, adentraram às regiões mais inóspitas e carentes de recursos, levando até os agricultores os produtos de sua revenda, divulgando u'a marca, consolidando um trabalho pioneiro e meritório.

Hoje, quando as marcas já estão difundidas, os sertões desbravados, vem uma Resolução do Banco Central, que transforma esses destemidos empresários em simples prepostos de multinacionais, essa mesma multinacional que o explorou durante a fase mais difícil de divulgação da marca e consolidação de mercado.

Esse empresário pioneiro, não merece tal golpe e não deve receber como recompensa de seu sacrifício, essa humilhação.

Talvez, ao tomar essa decisão, os técnicos do Banco Central não se inteiraram de que os revendedores de insumos para a agricultura, são empresas constituídas com capital cem por cento nacional, que oferecem milhares de empregos de mão de obra qualificada e semi-qualificada, onde são ocupados Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Contadores, Escriturários, Motoristas, Carregadores, etc.

Talvez não levaram em conta que essas empresas pagam tributos municipais, estaduais e federais, e que essas empresas consomem energia elétrica, usam telefones, ocupam prédios e armazéns, enfim, participam da política de interiorização e desconcentração da riqueza e do desenvolvimento.

Ao virar esta Resolução, a partir de julho de 81, estará o Banco Central simplesmente decretando a extinção dos distribuidores e revendedores de insumos agrícolas, e com isso, acarretando graves prejuízos não somente aos pequenos e médios empresários do ramo, mas também provocando a diminuição da arrecadação de impostos pelo Estado do Paraná, uma vez que grande parte das vendas de insumos deixará de ser faturado no Estado do Paraná e virá faturado diretamente das fábricas localizadas em outros Estados ao consumidor final.

Ao par disso, assistiremos ao aumento do desemprego, quando o nosso Estado que, neste ano de 1981, será responsável por aproximadamente 50 por cento da produção nacional de grãos.

Receberá o Paraná, mais um golpe na sua arrecadação, como se já não bastassem as inúmeras propriedades agrícolas que assistiremos submergir no imenso lago da Usina de Itaipu e aos baixos preços dos produtos agrícolas vigentes no mercado.

Os pequenos e médios empresários paranaenses, responsáveis, como já dissemos, pelo desbravamento do interior do Estado, ficarão uma vez mais à margem do processo de desenvolvimento que só tem apaniguado às multinacionais e favorecido o crescimento do monopólio das cooperativas, que à parte dos benefícios que podem ter trazido aos agricultores, tem sido responsável por inúmeras concordatas e falências dentro da rede de revendedores de insumos e máquinas destinados ao uso e consumo na agricultura.

Ao Governo do Paraná, na pessoa de sua Excelência o Governador Ney Braga, que corajosamente já tomou medidas no sentido de evitar essa incoerência do Banco Central, oferecemos nosso apoio e fazemos o apelo para que, insistentemente, gestione junto ao Governo Federal e particularmente junto ao Banco Central, para que não permita a vigência da Resolução citada como medida indispensável à sobrevivência de milhares de paranaenses que vivem da atividade honesta e legal de comerciantes revendedores de insumos para a agricultura.

Repito palavras proferidas no discurso de posse do Gover-

nador Ney Braga:

“É também na vida industrial e comercial que teremos decidida e firme ação, para fortalecê-la sempre mais e torná-la mais atuante. Não faltaremos aos que nela se entregam em favor dos anseios de nossa gente, em favor do desenvolvimento equilibrado, sinônimo de paz e de justiça social”.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito da tribuna, ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco Central do Brasil S/A, CARLOS CERALDO LANGONI, e ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, General NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, com apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para estudar as causas do achatamento salarial do funcionalismo público civil e militar do Estado. - Recebido. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 201/79, de autoria dos Deputados Renato Bernardi e Romero Filho, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 201/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima DOM JOSÉ MARIA MAIMONE, Bispo Diocesano de Umuarama.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI
ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que se pretende prestar ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama, concedendo-lhe o título de cidadania honorária do Paraná, além de honrar imensamente o povo de nossa terra, em ter tão ilustre personalidade como cidadão, virá demonstrar o reconhecimento pelos inestimáveis serviços que Sua Excelência vem prestando ao nosso Estado, na sua condição de titular da Diocese de Umuarama.

Dom José Maria Maimone, nasceu a 06 de outubro de 1932, na cidade de Astolfo Dutra, Minas Gerais, filho de numerosa família que, na década de 40, transferiu seu domicílio para

Londrina.

Já no Estado do Paraná, o jovem José Maria Maimone fez seus estudos elementares, tendo concluído o curso de Técnico em Contabilidade no Colégio Londrinense. Como profissional, teve intensa atuação nos movimentos comunitários, a partir da Igreja Matriz de Londrina, principalmente entre a juventude.

No ano de 1955, já com 23 anos de idade, resolveu engajar-se à vida religiosa, ingressando no Seminário São Vicente Pallotti, de Londrina, mantido pela Sociedade do Apostolado Católico, comumente chamada de Padres Palotinos, onde fez o noviciado nos anos de 55 e 56. Concluído o Curso de Filosofia, transferiu-se para o Seminário Maior Palotino de Santa Maria, RS, onde iniciou o Curso de Teologia, concluído no ano de 1961, já na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo.

Foi ordenado Sacerdote em 1961, e durante sete anos exerceu seu ministério em Londrina, onde foi Reitor do Seminário Vicente Pallotti, acumulando ainda a atividade de estimulador dos movimentos eclesiais de base e dos cursinhos de cristandade. Atuou ainda em São Paulo durante um ano, voltando ao Paraná em seguida, para fixar-se em Curitiba por dois anos.

Seu trabalho eficiente junto à comunidade paranaense o recomendou de tal forma que o Capítulo Geral da Congregação Palotina o elegeu Consultor Geral da Congregação, levando-o a Roma, onde permaneceu apenas um ano, dentro de um mandato de seis anos. Tal interrupção de mandato deveu-se à criação da Diocese de Umuarama e a sua escolha, por parte do Papa Paulo VI, como Primeiro Bispo da Nova Diocese.

Há seis anos, Dom José Maria Maimone, na condição de Bispo Diocesano de Umuarama, vem se constituindo em exemplo de modéstia e de trabalho na condução dos assuntos religiosos e sociais naquela parcela do território paranaense.

Além da tradicional operosidade que a Igreja mantém em suas normas de agir, o Bispo de Umuarama, tem estimulado o apostolado de promoção social, sendo o responsável pela melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias que, recebendo orientação da ação social e educacional diocesana, participam cada vez mais da valorização da família como elemento fundamental da sociedade.

A projeção alcançada por aqueles que conhecem de perto o trabalho social que se desenvolve na Diocese de Umuarama, justifica a homenagem que se pretende prestar.

Temos a convicção de que esta proposição merecerá dos nobres Pares o melhor acolhimento, como também acredito que a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Bispo de Umuarama, tanto honra o Paraná como honrado se sentirá o homenageado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 201/79

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Renato Bernardi e Romero Filho, o presente plano de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama.

O projeto de lei em questão, vem articulado e devidamente justificado, obedecendo, desta forma, o que preceitua o Art. 123 do Regimento Interno.

A iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional.

Quanto ao aspecto legal, por outro lado, atende o que esabelece a Lei número 5638, de 13 de setembro de 1967, senão vejamos:

Disciplina aquele diploma legal, em seu artigo primeiro, que são condições essenciais para a concessão de Título de Cida-

dão Honorário Paranaense:

- I – Desempenho com denodo de função pública;
- II – Contribuição científica, cultural, artística ou literária;
- III – Ação em favor de obras de relevante valor social;
- IV – Participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras.

Do exame do processo, resultou estar preenchidos os requisitos essenciais que exigem a legislação vigente, pelo fato do homenageado, além de honrar imensamente o povo de nossa terra em ter tão ilustre personalidade como cidadão, virá demonstrar o reconhecimento pelos inestimáveis serviços que Sua Excelência vem prestando ao nosso Estado, na sua condição de titular da Diocese de Umuarama.

A projeção alcançada por aqueles que conhecem o trabalho social que desenvolve na Diocese de Umuarama, justifica a homenagem que se pretende prestar.

Quanto ao aspecto da sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto, assim como o vasto curriculum do homenageado.

Nestas condições, e tendo em vista as razões expendidas, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
FIDELCINO TOLENTINO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 175/80, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, com sede e foro na cidade de Pérola. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 175/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PÉROLA – APAE, com sede e foro na cidade de Pérola.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Tem por finalidade promover o bem estar social e o ajustamento em geral das pessoas excepcionais, onde quer que se encontrem, estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 175/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Pérola.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.
(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
WALDYR PUGLIESI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 176/80, de autoria do Deputado Quiese Crisóstomo, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais - SOS”, com sede na Cidade de Pérola. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**
PROJETO DE LEI Nº 176/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — SOS., com sede na cidade de Pérola.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980.
(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Os Serviços de Obras Sociais, também designado pela sigla S.O.S., é uma sociedade civil, de caráter beneficente, filantrópico, e sem fins lucrativos, com sede à Praça da Matriz, na Cidade de Pérola, tem por finalidade promover o bem-estar individual ou da família, considerada como um todo sem distinções políticas, religiosas ou de raça, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física.

A documentação anexa preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer dos ilustres Deputados com assento nesta Casa, o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 176/80

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, o projeto de lei em pauta objetiva atribuir ao SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — SOS, da cidade de Pérola, o título de entidade pública.

A justificação da propositura apresenta elementos de convicção suficientes para orientar um parecer conclusivo; porém, a documentação em anexo, demonstra cabalmente que a entidade preenche todos os requisitos e exigências da Lei número 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

A iniciativa se ampara no restrito permissivo constitucional deixado ao Deputado e, sob o aspecto formal, está de acordo com o Regimento Interno.

Por tais motivos, o parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.
(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
WALDYR PUGLIESI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 06/81, de autoria do Poder Executivo, Mens. Govern. nº 12/81, que visa doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e à Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, parte do imóvel denominado “Caieira”, situado no Município de Guaratuba, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 06/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, parte do imóvel denominado “CAIEIRA”, situada no Município de Guaratuba, com as seguintes características: terreno de forma

irregular, com a área de 70.526,98 metros quadrados, limitando ao Norte e a Leste com terrenos de marinha, a Sudoeste com terrenos remanescentes de propriedade do Estado do Paraná e a Oeste com terrenos de Réo Bennett.

Parágrafo único — O imóvel a que se refere este artigo, destina-se a construção de um conjunto habitacional para famílias de baixa renda.

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, parte do imóvel denominado “CAIEIRA”, situada no Município de Guaratuba, com as seguintes características: terreno de forma triangular, com a área de 7.864,80 metros quadrados, limitando-se ao Norte com terrenos remanescentes de marinha, a Sudoeste e ao Sul com terrenos remanescentes de propriedade do Estado do Paraná.

Parágrafo único — O imóvel a que se refere este artigo, destina-se à construção de um estabelecimento de ensino.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 10 de março de 1981.
(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 06/81

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei 06/81, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR parte do imóvel que especifica, localizado no Município de Guaratuba.

Analisando-se a Mensagem e a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, temos que a matéria tem conotações sociais que virão em benefício da comunidade de baixa renda de Guaratuba.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra qualquer óbice que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.
(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansir) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gilbraz Barbosa e Silva, ocorrido na data de ontem, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei nº 142/80, de autoria do mesmo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de bens para quem assumir no Poder Executivo que especifica e dá outras providências. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Binacional Itaipu encarecendo todos os nomes dos expropriados da Hidrelétrica de Itaipu, bem como a localização e superfície das terras a eles destinadas. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo urgentes medidas para solucionar o abastecimento de água na Cidade de Ubatuba, neste Estado. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

11 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/81

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 403/80, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria, o funcionário ALBERTO SAVÓIA ASSEF, matrícula nº 147, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 030/80, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência, o funcionário ARY NATAL CHEMIN, matrícula nº 297, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e, III — designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. nº 2465).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 128/81

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 235/79, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria, a funcionária MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula nº 222, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, e,

II — designar a funcionária já citada, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 2437).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 129/81

I — exonerar JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula nº 509, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o cargo em comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da 1ª Secretaria.

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 292/79, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1ª Secretaria, o funcionário JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula nº 524, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

III — prover o funcionário acima citado, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens

inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 2436).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 130/81

exonerar NERY HUMBERTO SGUAREZI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 140/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. nº 1835).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 131/81

I — prover JOÃO BATISTA FERREIRA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi; e,

II — autorizar o funcionário já mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1835).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 132/81

I — revogar o item I do Decreto Legislativo nº 66/81, que proveu MAYRA CARDOSO SGUAREZI, para exercer o cargo em Comissão símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, em substituição ao titular, NEURI F. SGUAREZI, a partir de 15 de fevereiro de 1981, a pedido.

II — revogar o item II do Decreto acima mencionado, que autorizou a citada funcionária a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 15 de fevereiro de 1981, a pedido. (Protoc. nº 1832)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 133/81

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 129/79, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista de Gabinete da 4ª Secretaria, ao funcionário ERNESTO PERACETTA, matrícula nº 548, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e II — atribuir ao funcionário acima mencionado, a Função Gratificada símbolo 5-F, de Motorista de Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 01 de abril de 1981, de acordo com o Art. 9º, § 2º, item IV, do Decreto Legislativo nº 187/80.

(Protoc. nº 2138).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 134/81

I — revogar o Decreto Legislativo nº 564/75, na parte que se refere ao funcionário WILSON KAIEL, matrícula nº 436, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Consignações e Descontos, do Departamento de Finanças.

II — revogar o item I, do Decreto Legislativo nº 335/80, que designou para exercer o cargo de Coordenador de Gabinete, do Departamento de Pessoal, o funcionário LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula nº 090.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 135/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 304/80, que designou para exercer as funções de Chefe do Serviço Médico, o funcionário JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, matrícula n.º 047, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 247/79, que designou para exercer as funções de Chefe do Serviço Odontológico, o funcionário JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, matrícula n.º 314, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 136/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 107/75, na parte que designou LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula n.º 300, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Relações Públicas, do Departamento de Divulgação Legislativa;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 534/78, que designou para exercer as funções de Chefe do Serviço do Cerimonial, o funcionário LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula n.º 145, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 137/81

I — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 532/78, que designou para exercer as funções de Chefe do Serviço de Biblioteca, o funcionário ADILSON VICENTINI, matrícula n.º 110, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 091/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Execução e Pagamento, do Departamento de Finanças, a funcionária MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 597, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 138/81

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 474/78, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Serviços da Tesouraria, do Departamento de Finanças, o funcionário EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula n.º 498;

II — designar, ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 139/81

revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 234/80, de 07 de maio de 1980, na parte que se refere ao funcionário ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B,

do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe da Seção de Pessoal Comissionado, do Departamento de Pessoal.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 140/81

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 335/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Regime Legal, do Departamento de Pessoal, o funcionário AYRTON ALVES ARANHA, matrícula n.º 413; e,

II — designar o funcionário EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula n.º 498, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Regime Legal, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

III — designar, ROSALINA PEREIRA SANTIN, matrícula n.º 224, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

IV — designar, ACIR VILLATORE, matrícula n.º 364, para exercer as funções de Chefe da Seção de Pessoal Comissionado, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 141/81

I — atribuir a Função Gratificada, símbolo 1-F, e Gratificação de Representação R-5, aos cargos de Coordenadores das Diretorias e Chefes de Serviços Autônomos, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, que passaram a pertencer ao Símbolo DAS-5, de acordo com a Lei n.º 7395, item III.

II — atribuir a Função Gratificada, símbolo 1-F e Gratificação de Representação R-5, ao cargo de Assessor Jurídico, do Departamento de Pessoal.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 142/81

I — revogar o item IV, do Decreto Legislativo n.º 091/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Aplicação, do Departamento de Finanças, o funcionário JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 276/80, na parte que se refere ao funcionário JONAS ZAMPIER, matrícula n.º 339, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe da Coordenadoria de Assessoramento Administrativo, do Departamento Administrativo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 143/81

prover, FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula n.º 480, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço Centro de Processamento de Dados e Serviço de Telex, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 144/81

I — prover, o Consultor Legislativo designado CELSO APPARECIDO DE CASTRO, matrícula n.º 144, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador de Assistência à Mesa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

II — atribuir ao cargo acima citado, a Função Gratificada, símbolo 1-F, e Gratificação de Representação R-5.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 145/81
prover, WILSON KAIEL, matrícula n.º 436, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador de Gabinete do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 146/81
prover, LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula n.º 090, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Analista de Sistema, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 147/81
prover, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Presidente da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 148/81
prover, GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço Médico, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 149/81
prover, HILÁRIO FREGONEZE, matrícula n.º 026, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço Odontológico, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 150/81
prover, LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula n.º 300, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço do Cerimonial, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 151/81
prover, MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 597, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço de Biblioteca, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 152/81
prover, o Consultor Legislativo designado, RONALDO BAPTISTA, matrícula n.º 430, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Consultor Jurídico, deste Poder, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 153/81
prover, JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n.º 513, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador de Assessoramento Administrativo, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 154/81
prover, JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Jurídico, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 155/81
exonerar, JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n.º 513, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Assessor Jurídico, do Departamento de Pessoal, símbolo DAS-5.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/04/81.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 297/81

I — revogar a Portaria n.º 220/77, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, o funcionário GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, matrícula n.º 450, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o item II, da Portaria n.º 151/79, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, a funcionária OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE DE CAMARGO, matrícula n.º 295, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

III — revogar o item II, da Portaria n.º 094/79, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, o funcionário CARLOS FORNAROLLI, contratado deste Poder;

IV — revogar o item II, da Portaria n.º 123/79, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, o funcionário WILFRIED KOESTER contratado deste Poder. (Protoc. n.º 2096/81)

PORTARIA N.º 298/81

lotar, no Departamento de Divulgação Legislativa, o funcionário SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAŁ, matrícula n.º 484, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2299/81)

PORTARIA N.º 299/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário ERNESTO COSTA DE SOUZA, permanecendo sua designação atual.
(Protoc. 2600/81)

PORTARIA N.º 300/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1980, que deixou de gozar.
(Protoc. 2197/81)

PORTARIA N.º 301/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula n.º 062, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2362/81)

PORTARIA N.º 302/81

designar, JANICE GASTALDON, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. 2602/81)

PORTARIA N.º 303/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário UBIRAJARA SÁVIO TORRES, designando o mesmo para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aírton Cordeiro.

(Protoc. 2599/81)

PORTARIA N.º 304/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário FERNANDO PAULINO DA SILVA WOLFF, designando o mesmo para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

(Protoc. 2601/81)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/04/81.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral